

I Encontro Internacional de Gestão, Desenvolvimento e Inovação

12 a 14 de setembro de 2017- Naviraí-MS



POLÍTICA E EDUCAÇÃO NA PERIFERIA DE MARÍLIA-SP: A CONSTRUÇÃO DO CURSINHO POPULAR “NÓS POR NÓS”

Bráulio Loureiro

Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP)

Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS)

br.loureiro11@yahoo.com.br

Eixo Temático: Educação, saúde e sociedade

RESUMO

Este relato pretende apresentar os eventos principais do processo de construção do Cursinho “Nós Por Nós”, iniciativa de educação popular realizada na cidade de Marília-SP. Ao longo do ano de 2009, o projeto mobilizou estudantes universitários, ativistas do movimento *hip-hop* e jovens de diferentes regiões do município em uma proposta de trabalho que buscava tanto contribuir com a formação educacional do jovem da periferia quanto interferir nas dinâmicas dominantes no espaço escolar.

Palavras-chave: Política; Educação popular; Periferia urbana; Marília-SP.

1 CONTEXTUALIZAÇÃO

No ano de 2009, na cidade de Marília-SP, houve uma experiência de educação popular que mobilizou estudantes da Faculdade de Filosofia e Ciências da Universidade Estadual Paulista (FFC/UNESP) e jovens de diferentes regiões do município.

Situada na região centro-oeste do estado de São Paulo, Marília tem a população de 216.745 habitantes.¹ O município foi fundado em 1929, fruto da crescente ocupação da região centro-oeste do estado de São Paulo em decorrência da produção cafeeira e da expansão ferroviária. (LARA, 1991). Até a década de 1940, a população se concentrava majoritariamente na área rural. Aqueles que residiam na cidade estavam fixados, principalmente, nas regiões centrais.

A expansão urbana da cidade resultou da diversificação agrícola – reflexo da crise cafeeira –, da fixação de novas empresas e da chegada de migrantes. Na década de 1950, a população urbana já superava a rural. Esse contexto foi marcado pela consolidação do setor industrial – com destaque para as áreas alimentícia e metalúrgica – e de serviços. (BALESTRIERO, 1984).

A partir da década de 1970, a política urbana e a lógica do mercado fizeram com que boa parte da população tivesse que se fixar próximo aos vales que cercam a cidade ao sul, precarizando condições de vida e engendrando processos de segregação socioespacial. A ocupação da zona sul ocorreu a partir do início da década de 1980, com a criação do Núcleo Habitacional Nova Marília. Tal empreendimento deslocou por volta de 15 mil pessoas para uma localidade distante do centro e que não contava com condições adequadas de abastecimento de água, saneamento básico, asfaltamento de ruas e transporte coletivo.

Além de casas muito pequenas e sem muro, a concentração desse enorme contingente populacional com parcias condições de vida provocou um caos na região, agregando à zona sul sujeitos egressos de diversos bairros da cidade, particularmente os que desejavam fugir dos alugueis no centro e regiões próximas pauperizadas para conquistar a casa própria. Esse afluxo populacional, concretizado em pouco tempo e sem os equipamentos urbanos necessários, criou um espaço de conflito que delineou os índices criminais nos primeiros anos e demarcou percepções sobre o bairro até os dias atuais. (ALMEIDA et al., 2009, p. 40-41).

Atualmente, a região contém o maior contingente populacional do município, aproximadamente 52 mil habitantes. (ALMEIDA et al., 2009). Em grande medida, são

¹ Fonte: Censo Demográfico de 2010, do IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

loteamentos populares, conjuntos habitacionais da CDHU – Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano – e favelas que margeiam os limites do relevo, áreas conhecidas em Marília como “itambés” ou “buracões”. Vale destacar que toda a zona sul conta com apenas três pontos de saída para o restante da cidade: Avenida João Ramalho, Avenida Sampaio Vidal e Rodovia Transbrasiliana.

Nessa região, especificamente no encontro dos bairros Jardim Continental, Núcleo Habitacional Costa e Silva, Jardim Aparecida Nasser, Jardim Monte Castelo e Núcleo Habitacional Toffoli, fica a Escola Estadual José Alfredo de Almeida, local que recebeu o Cursinho “Nós Por Nós”, iniciativa não formal constituída a partir da aliança entre um coletivo de estudantes da FFC/UNESP e lideranças do movimento *hip-hop* municipal. Seus objetivos principais eram: 1) contribuir com a formação política e educacional do jovem da periferia de Marília por meio do estudo de disciplinas e conteúdos exigidos nos principais vestibulares do país; 2) ocupar e ressignificar o espaço escolar, marcado, no caso do estado de São Paulo, por décadas de políticas educacionais voltadas à racionalização econômica da educação, à superficialização dos conteúdos e à precarização do trabalho docente.

Este relato de experiência pretende apresentar os eventos principais do processo de construção do Cursinho “Nós Por Nós”, tratando especialmente da fase inicial de sua implantação.

2 DESENVOLVIMENTO

Fruto do trabalho político-cultural que já vinha realizando desde 2006 na cidade de Marília, em meados de 2008 fui convidado a participar de uma atividade da Nação Hip-Hop/Marília, coletivo composto por *rappers*, grafiteiros, dançarinos e *DJs*. As atividades desenvolvidas pelo grupo ao longo dos anos compreendem festas, apresentações e oficinas artísticas envolvendo os elementos do *hip-hop*, além palestras e debates sobre *hip-hop*, juventude, educação e drogas. As intervenções sempre priorizaram locais como bairros periféricos, favelas, escolas públicas, e instituições prisionais da cidade.

Em fevereiro de 2009, em uma das minhas primeiras reuniões, aproveitei para expor aos membros da Nação Hip-Hop uma ideia que eu carregava há algum tempo: a da criação de um curso ampliado de formação educacional gratuito em algum bairro da periferia. Pensava em uma iniciativa que contribuisse para a formação intelectual e política do jovem pobre. Como estratégia de atração do público, imaginei a forma de um cursinho pré-vestibular popular, algo que dialogaria com os anseios concretos das pessoas. Afinal, ingressar na universidade –

principalmente pública – não deixa de ser uma meta frequente no contexto juvenil.

Na realidade, eu pensava que os próprios ativistas do *hip-hop* poderiam se beneficiar do projeto, já que nem todos puderam transcender o ensino médio. Nesse sentido, se aprimorariam duplamente: na organização do cursinho e na recepção dos conteúdos em sala de aula. Quando apresentei a ideia, os participantes da reunião consideraram-na válida. No entanto, muitos já estavam envolvidos com atividades ligadas aos elementos do *hip-hop* e sem tempo suficiente para a dedicação que a iniciativa demandava. De todo modo, pelo meu vínculo com a universidade, me dispus a cuidar da composição e coordenação do corpo docente. Nesses termos, todos ficariam livres para contribuir na medida em que conseguissem. A proposta foi aprovada. Sugeri que o projeto se chamassem “Nós Por Nós”, nome que expressava autonomia e se ligava à linguagem dos jovens e da rua.

Entretanto, cabe esclarecer que a expressão “Nós Por Nós” não foi pensada dentro da esfera de referências que conformam o discurso neoliberal, que responsabiliza os pobres por sua própria melhora de vida nos marcos da sociabilidade posta. O “Nós Por Nós” em questão, inspirado nas iniciativas do movimento *hip-hop* brasileiro do início da década de 1990, se referia ao senso de pertencimento a certos grupos sociais que, pela natureza da opressão a que são submetidos, devem cultivar a auto-organização e a autoeducação como forma de se fortalecerem no e para o enfrentamento político.

O nome foi aceito. Na semana seguinte, o *rapper* Jairo², militante cultural importante no cenário do *hip-hop* mariliense, estava em minha casa para que planejássemos as tarefas iniciais. Em síntese, discutimos sobre dois pontos importantes para a viabilidade do projeto: 1) formar o grupo de professores a partir de alunos da FFC/UNESP; 2) requisitar uma sala de aula na Escola José Alfredo de Almeida, instituição com a qual eu já tinha contato em virtude de experiências anteriores.

Após as definições básicas, Jairo propôs que fossemos até a sua casa. Ele trabalhava como atendente no comércio, porém estava de folga naquele dia. Disse que até poderíamos aproveitar e passar na casa de Aloísio, outro *rapper* da Nação Hip-Hop, para comunicar o que já havíamos acertado. Ambos moravam na região do Jardim Teotônio Vilela, extremo sul da cidade. Mas como ele estava de moto, não gastaríamos muito tempo no trajeto. Jairo tinha 23 anos. Desde os 13 escrevia e cantava *rap*, embora também investisse na área de produção musical.

Em sua casa, passamos a conversar sobre a precariedade da escola pública brasileira e

² Por motivo de sigilo e privacidade, os nomes ou apelidos dos indivíduos envolvidos na experiência do Cursinho “Nós Por Nós” foram modificados.

as possibilidades de melhorá-la. Eu procurava sempre pontuar a necessidade de pensarmos o aspecto educacional articulado à base político-econômica da sociedade. Ora, filósofos importantes como o italiano Antonio Gramsci, nos seus *Cadernos do cárcere*, e o húngaro István Mészáros, em *Educação para além do capital*, já pontuaram que se as condições de acesso ao conhecimento respondem a relações de poder vinculadas à divisão de classes que conforma a sociedade capitalista, a melhoria substancial da escola destinada à educação dos grupos sociais subalternizados não pode ser pensada estritamente no nível institucional da política educacional, mas deve englobar as próprias relações político-econômicas que estruturam a vida social.

Da casa de Jairo, percorremos algumas ruas do bairro e chegamos à residência de Aloísio. Contamos a ele sobre as medidas iniciais para a organização do Cursinho. Ele achou interessante que o corpo de professores viesse da UNESP e que a escola fosse o José Alfredo de Almeida, pois esta se situava em uma região da zona sul que abrangia vários bairros.

Na semana posterior, já dentro do mês de março, estávamos Jairo e eu na escola escolhida para uma reunião com a coordenadora Jamile. Ela me perguntou qual seria a proposta para aquele momento. Expliquei que se tratava de um cursinho pré-vestibular gratuito a ser iniciado no segundo semestre. Teríamos todas as matérias ministradas por alunos de graduação e pós-graduação da FFC/UNESP, entretanto precisaríamos de uma sala de aula no período noturno. Reagindo positivamente, Jamile nos disponibilizou uma sala não utilizada e disse que a merenda escolar também poderia ser servida aos alunos do projeto.

Garantido o espaço físico, passamos à tarefa de formar o coletivo de professores. Aproveitei o fato de estudar na UNESP para conversar com colegas sobre a iniciativa. Ao todo, a equipe de trabalho deveria contar com 11 professores e dois coordenadores. As disciplinas que ofereceríamos eram: Geografia, História, Gramática, Literatura, Redação, Física, Química, Biologia, Matemática, Inglês e Filosofia. Assim, entre manhãs, tardes e noites, transitei pelo campus universitário expondo a proposta do Cursinho aos possíveis professores. A maior parte aceitou participar. Aqueles que não puderam me indicaram outras pessoas. Paulatinamente, as frentes de trabalho foram sendo preenchidas. Cássio, amigo de graduação e, naquela época, mestrando em Ciência Política pela UNICAMP – Universidade Estadual de Campinas –, topou me auxiliar na coordenação. Estudantes dos cursos de Ciências Sociais, Relações Internacionais e Terapia Ocupacional formaram, assim, o corpo docente do Cursinho “Nós Por Nós”.

Com o local definido e o grupo de professores composto, era o momento de cuidar de questões adjacentes. O nosso professor de Filosofia, Davidson, entrou em contato com o CAUM – Cursinho Alternativo da UNESP/Marília – e conseguiu o empréstimo de materiais didáticos

de anos anteriores. Eram 300 apostilas divididas em conjuntos de cinco livros. Cada conjunto englobava todo o conteúdo teórico cobrado no vestibular. Com isso, poderíamos abranger 60 inscritos.

Reunimos o grupo de trabalho do Cursinho “Nós Por Nós” visando à organização interna do coletivo. Definir fundamentos político-pedagógicos, bem como organizar reuniões administrativas e de formação política, apareciam como atividades imprescindíveis para a coesão da equipe e para a materialização de passos futuros – divulgação, inscrições e início das aulas. Jairo e Aloísio participaram da primeira reunião com o corpo docente. Apresentaram-se como *rappers* integrantes da Nação Hip-Hop/Marília e explicaram as raízes do projeto e as potencialidades do vínculo entre o “Nós Por Nós” e o movimento *hip-hop*.

Juntos, tivemos vivências significativas, como na ocasião em que decidimos buscar recursos que cobrissem o passe de ônibus dos professores no deslocamento até a escola. Boa parte dos membros do corpo docente era de graduandos que se mantinham na cidade com recursos de auxílio estudantil. Por isso, o custeio dos gastos com transporte era uma questão importante. Como a Nação Hip-Hop não tinha essa verba, que deveria ser mensal, Cássio, Herculano – professor da disciplina de Geografia – e eu redigimos e encaminhamos um ofício à Secretaria Municipal da Juventude de Marília solicitando algum tipo de apoio para o semestre. A Secretaria se comprometeu a cobrir o valor das passagens – algo em torno de R\$ 300,00 mensais – com a condição de que seu logotipo e o da prefeitura deveriam constar nos materiais de divulgação do Cursinho. Deveríamos ceder também espaço para a realização de um café da tarde com a presença do prefeito, Mário Bulgareli, na inauguração do projeto.

De imediato, julguei que a resposta deveria ser negativa. Porém, levamos o caso aos integrantes do projeto para que construíssemos nossa posição coletivamente. Dias depois, numa reunião específica para tratar a questão, estávamos *hip-hoppers* e estudantes discutindo a proposta da secretaria. Quase todos expuseram pontos de vista e defenderam ideias. Da parte dos professores, era nítido o descontentamento com um acordo que, segundo muitos, entregaria a imagem do projeto à livre exploração da prefeitura. No âmbito da Nação Hip-Hop, em contrapartida, houve intervenções que ressaltaram os benefícios que a parceria traria, de tal maneira que valeria a pena ceder para obter recursos. Contudo, Aloísio e boa parte dos artistas acharam a proposta invasiva e inviável. Votamos e a resposta negativa predominou. A resolução concreta da questão veio, então, por meio da criação de uma caixinha – via arrecadação informal na universidade – para o auxílio-transporte dos professores que não podiam arcar com os gastos.

Herculano e eu retornamos à secretaria para comunicar que não aceitariámos a proposta. Argumentamos que preferíamos zelar pela imagem e pela autonomia do Cursinho que

aceitar termos e condições que se afastavam da ideia central de contribuição para a formação educacional de jovens e adultos. Aquela situação foi importante para reunir estudantes e ativistas do *hip-hop*, gerar debate e reforçar a concepção de que o Cursinho extrapolava os limites de um simples reforço para vestibular, consistindo, sim, num esforço de intervenção política voltada à ocupação crítica de espaços via educação popular, esta entendida por Gramsci (2004) como o trabalho intelectual e político que contribui para a inteligibilidade das contradições da realidade e para criação de práticas e concepções antagônicas à lógica do capital.

Essa dimensão política mais ampla se manifestava, por exemplo, nas reuniões de formação teórica do corpo docente. No início de abril, elaboramos um cronograma de estudos a partir de sugestões de leitura vindas de todos os membros do grupo. E quinzenalmente nos reuníamos no gramado do campus universitário para a discussão dos textos. Autores como Karl Marx, Antonio Gramsci, Paulo Freire, Maurício Tragtenberg e Boaventura de Souza Santos nortearam os estudos e fomentaram os debates. Na mesma frequência, também realizávamos reuniões pedagógicas e administrativas, buscando organizar os conteúdos que seriam trabalhados em sala de aula, o quadro de horários e outros aspectos técnico-burocráticos.

Com o trabalho interno razoavelmente encaminhado, passamos à fase de divulgação do projeto. Para isso, Aloísio e eu elaboramos uma ficha de inscrição que deveria ser distribuída a interessados nos bairros. Eram 80 formulários que pediam dados pessoais e informações sobre renda e configuração familiar. A maior parte ficou nas mãos dos próprios integrantes da Nação Hip-Hop, que já residiam nas regiões mais precárias do município e poderiam chegar com facilidade ao universo que buscávamos abranger.

Passados os dois meses que estipulamos para as inscrições, os *rappers* Aloísio, Jairo, Péricles e Carlito retornaram com aproximadamente 50 fichas preenchidas. Teotônio Vilela, Vila Real, Nova Marília, Santa Antonieta, Vila Barros e Alto Cafetal foram os bairros que concentraram o maior número de inscritos. No entanto, em virtude do tamanho da sala de aula, teríamos que selecionar apenas 40 inscrições. Mantivemos as excedentes numa lista de espera para eventuais desistências. O critério de seleção priorizou os casos em que a renda familiar per capita mensal era menor. Com um total de 50 fichas preenchidas e classificadas ao final do mês de junho, iniciei o processo de convite dos selecionados via ligação telefônica. Avisei-os que as atividades do Cursinho “Nós Por Nós” começariam no primeiro sábado de agosto, dia em que os matriculados poderiam conhecer a escola, a sala que fora disponibilizada, a equipe de professores e a proposta pedagógica do projeto.

Na apresentação compareceram 25 inscritos. Aloísio e Jairo estavam representando a

Nação Hip-Hop/Marília. Confesso que fiquei um pouco desapontado com a ausência dos demais *hip-hoppers* naquele dia. Acreditava que a vivência compartilhada de situações diretivas contribuía para a formação política de todos. Mas, o emprego, as apresentações artísticas, as outras tarefas da Nação Hip-Hop, os interesses difusos e as questões pessoais fizeram com que, na prática, grande parte dos ativistas do *hip-hop*, com exceção de Aloísio e Jairo, não acompanhasse o andamento do Cursinho.

Entre agosto e dezembro de 2009, por volta de 60 pessoas passaram pela sala de aula do Cursinho “Nós Por Nós”. A média de idade dos participantes era de 25 anos, sendo que havia certa igualdade na quantidade de homens e mulheres. As aulas eram diárias e aconteciam entre 19h15min e 22h15min. Além dos nomes presentes na lista de espera, as desistências abriram espaço para interessados que souberam do projeto quando este já estava em curso. Boa parte dos matriculados trabalhava durante o dia, mas também tínhamos um grupo de alunos que eram empregados no período noturno de uma fábrica nas proximidades da escola. Inicialmente, todas as 40 carteiras da sala eram ocupadas. Com o passar dos meses, a média de presença caiu e se manteve em torno de 20 alunos. Eu intercalava os dias na escola com o Cássio. Dessa maneira, um dos coordenadores sempre estava presente para o acompanhamento de alguma situação ou para a recepção de um novo estudante.

Houve uma interação muito boa dos alunos do Cursinho conosco e com os demais estudantes regulares da escola. No intervalo, jantávamos todos juntos. Era um momento em que as rodas de conversa nos permitiam conhecer melhor a história pessoal de cada um. Ao longo daqueles meses, a única situação mais áspera que enfrentamos se referiu ao incômodo do inspetor com o aumento do fluxo de pessoas desconhecidas no espaço escolar. Isso, em virtude da dificuldade para o trabalho de identificação daqueles que não eram matriculados na escola ou no Cursinho. Resolvemos a questão criando uma carteirinha para os alunos do “Nós Por Nós”.

Se entre segunda e sexta-feira a rotina do Cursinho se assemelhava à rotina da escola, aos sábados tínhamos uma dinâmica diferenciada. Entre 14 horas e 15h20min, acontecia a aula de Filosofia. Após um intervalo de 20 minutos, iniciávamos o que denominamos “momento político-cultural”, que ia das 15h40m às 17 horas. Era a hora em que promovíamos atividades que extrapolavam os limites do arranjo regular das aulas. Exibíamos documentários, ouvíamos músicas, analisávamos notícias de jornal e organizávamos debates e palestras. Num desses momentos, por exemplo, convidamos o professor Dr. José Carlos Miguel, da FFC/UNESP, para uma exposição sobre as relações entre Matemática e sociedade.

Os encontros dos sábados fomentaram discussões e contribuíram para a

horizontalização de nossas relações. Em *A face oculta da escola*, o sociólogo espanhol Mariano Enguita (1989) alerta para a necessidade de se observar o processo de escolarização de modo a não identificar indiscriminadamente escola e progresso social. Se, por um lado, seria importante não desconsiderar as aspirações populares no processo histórico de universalização do ensino, seria fundamental não perder de vista os interesses dominantes presentes nesse processo. Para Enguita, as pessoas prestariam pouca atenção ao que não é o conteúdo a ser ensinado, de modo que na esfera do controle, da castração da participação, da disciplina descabida e da imposição de rotinas, a escola realizaria sua função essencial: a socialização para uma ordem baseada na propriedade privada e na divisão hierárquica do trabalho.

A escola não apenas pretende modelar suas dimensões cognitivas, mas também seu comportamento, seu caráter, sua relação com seu corpo, suas relações mútuas. Propõe-se organizar seu cérebro, mas no mais amplo sentido: não apenas alimentar um recipiente, mas dar forma ao núcleo de sua pessoa. (ENGUITA, 1989, p. 158).

Em sentido oposto, queríamos que estudantes, professores e coordenadores se situassem em um mesmo patamar, ainda que tivéssemos, naquele momento, a responsabilidade maior de elaborar e conduzir os trabalhos. Experiências, opiniões e análises eram sempre consideradas e debatidas. Esse acúmulo resultou, inclusive, na modificação de nossa própria estrutura interna, de modo que criamos uma reunião pedagógica mensal dentro do horário de aula com o intuito de que todos os alunos participassem da dimensão organizativa do projeto.

Em dezembro, finalizamos o primeiro ciclo semestral do “Nós Por Nós”. Por certo, o planejamento apontava para a continuação das atividades do projeto em 2010. Entretanto, a saída de boa parte dos professores por motivos de conclusão da graduação, de transferência de universidade e de falta de tempo para conciliar Cursinho e afazeres acadêmicos fez com que não conseguíssemos recompor o coletivo a ponto de reiniciar o trabalho. Para que a ocupação daquele espaço não se esvaísse, inscrevemos a iniciativa como projeto de extensão do Núcleo de Ensino da FFC/UNESP, desvinculado do movimento *hip-hop* e sob a responsabilidade da professora Dr^a. Sueli Mendonça. O projeto, agora intitulado “Nós Por Nós: UNESP e ensino médio em ação”, foi aprovado e seguiu por mais três anos, sendo conduzido por estagiários e bolsistas do Núcleo de Ensino.

3 RESULTADOS, DESAFIOS E APRENDIZADO

Em síntese, no campo dos resultados, alguns estudantes dessa primeira etapa do

Cursinho foram aprovados no vestibular da FFC/UNESP e de faculdades particulares de Marília e região. Mas, pelo que apuramos, voltar a estudar e a ter contato com algum conteúdo teórico já era algo de grande importância para a maioria. Ademais, da parte de professores e coordenadores, como foi mencionado, estava claro que o êxito da proposta não se ligava estritamente ao número de alunos aprovados em universidades, mas à busca por levar reflexão crítica ao público e ocupar um espaço que deve ter como finalidade a socialização do conhecimento.

O problema da obtenção do espaço físico, da formação do corpo docente e dos recursos básicos para transporte e alimentação foram sanados sem grandes dificuldades. No entanto, é possível afirmar que o desafio principal posto pela experiência do Cursinho “Nós Por Nós” se referiu à capacidade do coletivo em renovar seus integrantes, tanto que a impossibilidade de continuidade de grande parte dos membros em 2010 resultou na transformação relativa da proposta e em sua vinculação formal à universidade.

Como aprendizados, ficaram a clareza quanto à relevância da realização de experiências político-educacionais em contextos periféricos e o cuidado para que a busca por recursos via relações com o Estado não resultem em exploração ou apropriação de iniciativas que pretendam preservar certo nível de autonomia.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, S. P.; CARVALHO, M. R.; FELIX, S. A. **Geografia do crime:** reflexões teóricas e análises da qualidade de vida e criminalidade no espaço urbano de Marília/SP. Relatório Científico FINEP/MCT. Marília: GUTO/UNESP, 2009.
- BALESTRIERO, G. E. **Capital da alta paulista:** uma história do município de Marília. Dissertação de mestrado. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Campinas: UNICAMP, 1984.
- ENGUITA, M. F. **A face oculta da escola:** educação e trabalho no capitalismo. Porto Alegre: Artes Médicas, 1989.
- GRAMSCI, A. Apontamentos e notas dispersas para um grupo de ensaios sobre a história dos intelectuais. In: _____. **Cadernos do cárcere.** vol. 2. 2^a ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- _____. Para uma associação de cultura. In: _____. **Escritos políticos.** vol. 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.
- LARA, P. C. **Marília: sua terra, sua gente.** Marília: Editora Iguatemy, 1991.
- MÉSZÁROS, I. **A educação para além do capital.** São Paulo: Boitempo, 2005.